

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17142 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 14 - Educação Matemática

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

João Carlos Roedel Hirdes - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Annelise Costa de Jesus - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

João Henrique Figueredo de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a concepção do ensino de matemática proposto pela Política Nacional de Alfabetização (PNA). A proposta desta pesquisa inicia no relato de uma professora sobre a dificuldade de trabalhar com as mudanças das políticas educacionais ocorridas em curtos períodos. Nesta trajetória, emerge a temática dessa pesquisa: análise de políticas educativas. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de caráter qualitativo, cujos dispositivos metodológicos serão análise documental e entrevistas semiestruturadas. Assim, para além dos textos referentes à PNA, visa analisar o que as coordenadoras da secretaria de educação municipal, diretoras das escolas e professoras têm a dizer sobre o ensino de matemática a partir da PNA. A categorização dos dados será realizada através da análise de conteúdo, elencados por Bardin (1977). O ciclo de políticas reforçará a análise teórico-metodológica, pois dá conta da complexidade das políticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: PNA. Ensino de Matemática. Ciclo de Políticas. Numeracia. Numeramento.

Uma professora da rede pública de ensino ao ser perguntada sobre qual o maior desafio da sua prática, se referindo às políticas educacionais, responde: “a cada troca de governo, muda”. Esta situação, no contexto de elaboração desta pesquisa, onde a PNA havia sido recém promulgada trouxe o interesse de analisar a concepção do ensino de matemática proposto pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), sendo esse o objetivo deste artigo.

Percebe-se que o tempo que as professoras demoram para se inteirar das políticas educacionais é maior em relação ao tempo de mudança entre uma política e outra. Em outras palavras, parece que não se tem tempo para implementar de forma concreta as políticas públicas educacionais, pois elas mudam muito rapidamente. Por outro lado, Ball, Maguirre e Braun (2016) afirmam que uma política nunca é implementada totalmente, pois nos diferentes contextos do ciclo de políticas ocorrem alterações.

Assim, pode-se refletir sobre a existência de um conjunto de questões e situações que dificultam a consolidação de uma política, pois além da dificuldade em relação à contínua alternância das propostas pelos diferentes governos, existem grupos divergentes que disputam o contexto de influência, de elaboração, da prática, dos resultados/efeitos e da estratégia política (MAINARDES, 2006).

Para este artigo, focou-se nos contextos de influência e de produção de texto. Quanto ao contexto de influência, verificou-se que existem movimentos neoconservadores aliados aos neoliberais influenciando a constituição de políticas que restringem o desenvolvimento do pensamento crítico (LIMA & HYPOLITO, 2020; SANTIAGO SANTOS, 2023). Em relação ao contexto de produção de texto, o cenário político brasileiro de 2018 se tornou o ponto mais alto da escalada neoliberal e conservadora no momento em que Jair Bolsonaro se elege para a presidência da república.

A Política Nacional de Alfabetização foi instituída pelo Decreto 9.765, no dia 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019), apenas três dias após a posse do economista Abraham Weintraub no Ministério da Educação. No início daquele ano, o Ministro Ricardo Velez havia criado a secretaria de alfabetização e nomeado Carlos Francisco de Paula Nadalim como secretário. Foi esse último que coordenou a elaboração da política. Esta trajetória é importante para que se possa entender a partir da linha de pensamento destes atores a concepção de ensino de matemática proposto pela PNA.

Carlos Nadalim, discípulo de Olavo de Carvalho, não participava das discussões sobre alfabetização no Brasil. Ele vende cursos de alfabetização na internet, baseados no método fônico, pois defende que esse tem sua eficiência comprovada através de evidências científicas. Assim, negando as pesquisas brasileiras sobre este tema, pensa uma política que visa importar soluções para os processos de alfabetização no Brasil.

A PNA introduz dois conceitos para o processo de alfabetização: literacia e numeracia. No caderno de apresentação da política justifica-se que esses conceitos aproximam o Brasil dos relatórios internacionais de avaliação do desenvolvimento da educação dos países. Além disso, esses termos são utilizados em países desenvolvidos, por exemplo, Portugal, Estados Unidos, Inglaterra e outros.

Através da análise documental (PIMENTEL, 2001) sobre o Caderno de Apresentação da PNA (BRASIL, 2019), tem-se que numeracia é anunciado como tradução do termo numeracy, seguido da afirmação de que sua tradução é convencional. Como a apresentação da

política está fundamentada em documentos internacionais, o termo passa a ser utilizado sob uma perspectiva que não converge com o debate realizado sobre o ensino da matemática pelo campo da educação matemática no Brasil.

Fonseca (2010) argumenta que apesar da tradução mais direta ser numeracia, entende que este termo não é o mais apropriado, corroborando com o que Soares (2001) argumenta acerca da tradução literacy/letramento em vez de utilizar literacia, pois o sufixo “-cy” ou “-cia” denota qualidade, condição, estado, fato de ser, enquanto o sufixo “-mento” denota o resultado da ação “por meio das quais as pessoas ou grupos se apropriam de práticas matemáticas socialmente valorizadas” (*ibidem*, p. 323). Campetti e Dorneles (2002) concluem que os trabalhos que utilizam o termo numeracia no Brasil acabam não aprofundando o conceito como ocorre com o termo numeramento nas pesquisas do Grupo de Estudos sobre Numeramento da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela professora Maria Fonseca.

Ao buscar artigos teses e dissertações brasileiras do campo da educação matemática que utilizam o termo numeracia (TONIATO, 2021; ANGELINO, 2019), verifica-se que elas o utilizam na mesma perspectiva do que Fonseca (2010) define para o conceito de numeramento.

Após realizar análise documental no decreto e no caderno de apresentação da PNA, pode-se entender que é apresentada uma concepção de ensino de matemática que visa negar a produção intelectual brasileira sobre esse tema. Além disso, a política determina que o ensino da matemática seja fundamentado na ciência cognitiva, pois as “evidências científicas” apontam para esse caminho. Porém, não ocorreu nenhuma formação de professores sob essa perspectiva até novembro de 2022, momento em que uma outra visão de educação já estava sendo planejada.

A pesquisa em andamento está verificando como a rede municipal de ensino estudada recebeu as orientações desta política e está atuando através destas diretrizes, pois apesar de ter tido a promulgação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a rede ainda atua sob os parâmetros da PNA.

REFERÊNCIAS

ANGELINO, Roseli Dias da Silva. Numeracia na educação infantil: um estudo dos cenários inclusivos. 21/11/2019 112 f. Mestrado em EDUCAÇÃO MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca

Depositária: UNIAN

BALL, Stephen J.; MAGUIRRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 230p.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Alfabetização**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm. Acesso em: 15 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p.

CAMPETTI, P. H. de M.; DORNELES, B. V. Uma Revisão Integrativa e Exploratória da Literatura para os Termos Numeralização, Numeramento e Numeracia. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 36, n. 72, p.308-331, abr. 2022.

FONSECA, M. da C. F. R. Matemática, cultura escrita e numeramento. In: CARVALHO, G.T; MARINHO, M. (orgs) **Cultura Escrita e Letramento**, Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

LIMA, I. G. de; HYPOLITO, A. M. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015290, p. 1-17, 2020.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006. Doi: 10.1590/s0101-73302006000100003.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov. 2001.

SANTIAGO SANTOS, P. J. **Política Nacional de Alfabetização e o avanço da agenda neoconservadora no Brasil (2019-2022)**. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Câmpus Central - Sede: Anápolis - CET - Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO.

SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. São Paulo: Contexto, 2001.

TONIATO, Larissa. Produção de significados de professores do ensino fundamental ao adotarem textos de Malba Tahan. 03/10/2021. 236 f. Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática. Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vila Velha. Biblioteca Depositária: Biblioteca do centro de referência em formação e em educação a distância.